

## ATOS DE FALA E ANÁLISE DO DISCURSO SÓCIO-INTERACIONAL

Lucrecio Araújo de Sá Júnior (UFPB)

### Introdução

A sociolinguística interacionista tem dado atenção especial ao uso da linguagem na comunicação, investigando sua constituição, suas regras e convenções, os contextos em que se realiza e as condições segundo as quais os indivíduos agem em determinadas situações de fala. O diálogo tem, também, uma importância central do ponto de vista filosófico. Isso é pressuposto teórico em toda análise conceitual realizada na filosofia da linguagem comum. Tendo em vista as dimensões deste trabalho, através de exemplos, serão observados alguns casos específicos de não-cooperação que condicionam falhas no diálogo; através desta análise será possível assinalar do que depende a compreensão e significação dos proferimentos em um possível diálogo em que os falantes usam atos de fala diversos para se comunicarem.

Os estudos sócio-interacionistas buscam investigar a forma como os participantes focalizam, constroem e manipulam aspectos do contexto, sendo tais ações constitutivas das atividades nas quais estes participantes estão engajados. Na tradição dos estudos interacionais, o contexto é uma forma de *práxis* interacionalmente constituída. Por esta razão, na sociolinguística interacionista, contexto é “conhecimento” e “situação”.

Relacionados ao conceito de contexto, este artigo será norteado pelas seguintes questões gerais: (i) por que consideramos que algo sai errado em certos casos de falha na comunicação? (ii) o que exatamente fracassa quando há uma falha no diálogo? Até que ponto a cooperação é fundamental para o entendimento dos falantes em uma conversação?

É perceptível de maneira imediata que, ao tentar encontrar respostas para estas questões, a falha e fracasso na conversação são caracterizados por referências a critérios que se originam em um conjunto de normas, convenções, regras e paradigmas que regulam o discurso e o uso da linguagem; no entanto, regras e convenções normalmente pressupostas são obedecidas de modo bastante vago, não cooperativo e por vezes são simplesmente transgredidas, mas ainda assim a comunicação é possível, embora desviando o modelo ideal.

Há, entretanto, alguns casos em que se torna possível afirmar que a comunicação falha, em diferentes graus talvez, e são estes que podem oferecer um caráter revelador aqui, particularmente. Está fora das preocupações deste estudo desenvolver uma análise sistemática destas falhas, ou formular uma taxonomia ou tipologia destes casos. A pretensão deste artigo, antes, é examinar o que ocorre quando o diálogo falha, quando ocorre variação na percepção, mal-entendidos, erros lingüísticos, assim como buscar entender quando, como e por que em outros casos mesmo quando os falantes não cooperam entre si a comunicação é possível.

### **Análise de (algumas) falhas na conversação**

Seguindo exemplos da obra *Através do Espelho* de Lewis Carroll (1977), a perspectiva deste trabalho visa caracterizar os mecanismos da linguagem que devem marcar uma conversação claramente, assim será observado nesse trabalho casos de falha na comunicação pela violação de um princípio pragmático estabelecido por Grice (1975): o princípio da Cooperação.

No capítulo VI de *Através do Espelho* Lewis Carroll mostra ser conhecedor dos mecanismos da linguagem que devem marcar uma conversação, basta observar com mais detalhe o propósito da estória do encontro de Alice com Humpty Dumpty, o ovo. Nas palavras de Danilo Marcondes, “o diálogo que aí ocorre entre ambos é um dos melhores exemplos de pseudocomunicação que se encontra na literatura moderna que uso o absurdo como técnica” (MARCONDES, 2000: 102).

No diálogo Alice tenta várias vezes fazer-se entender por Humpty Dumpty e entender o que ele está dizendo, e as diferentes maneiras que ela fala representam muito bem a complexidade da estrutura pragmática da linguagem e os vários fatores que podem interferir em seu uso na comunicação. O ponto originário da troca não cooperativa se dá na medida em que Alice acaba por ofender, embora involuntariamente, Humpty Dumpty ao chamá-lo de ovo (o que ele de fato é), dando início assim a um verdadeiro conflito verbal entre ambos. Alice imediatamente percebe que o diálogo “não parece nem um pouco uma conversa”, e logo se entende o porquê. Quando Alice pergunta por que Humpty Dumpty está sentando sozinho em um muro, ele responde que está sozinho porque não há ninguém com ele. Em todo o diálogo a atitude do ovo permanece a mesma, respondendo a todas as perguntas de Alice explorando a ambigüidade de termos e expressões, e jogando com o significado dúbio das palavras impede uma comunicação real e bem-sucedida.

De fato Humpty Dumpty explicitamente se refere ao diálogo como sendo composto de enigmas ou charadas, como se na comunicação os falantes tivessem que decifrar e interpretar com desconfiança uma intenção secreta do interlocutor, cujo objetivo passa a ser considerado como uma tentativa de ocultar algo e despistar, pois, o ouvinte de alguma maneira. Alice, na verdade, observa em um dado momento: “ele fala como se isto fosse um jogo!”. Uma das principais razões do fracasso deste diálogo é o fato de Humpty Dumpty jogar com certas características pragmáticas da linguagem, tais como a relevância contextual, os pressupostos mútuos de comunicação e a relação entre o significado literal e o significado do falante.

Tome-se, por exemplo, a passagem em que após perguntar a Alice “que idade você disse ter?”, tendo como resposta “sete anos e meio”, Humpty Dumpty replica triunfantemente: “errado! Você não havia dito sua idade antes!” quando Alice protesta, dizendo “eu pensei que você queria dizer qual a sua idade!”, ele lhe responde “se eu quisesse dizer isto, eu o teria dito”. Um dos momentos mais significativos do diálogo é quando Humpty Dumpty insiste que quando ele usa uma palavra, esta palavra significa o que ele quiser. Alice comenta que a questão é saber se na comunicação isto é possível. Ao que ele responde que a questão é saber quem é que manda, o que em certo sentido antecipa algumas das

considerações sobre o poder da linguagem. Nesta passagem do diálogo, Carroll por duas vezes indica que Alice estava por demais perplexa para poder dizer qualquer coisa, deixando assim os comentários absurdos de Humpty Dumpty sem respostas. A explicação do poema “Jabberwocky” dada em seguida por Humpty Dumpty é um dos excelentes exemplos de sua técnica de fazer com que as palavras signifiquem o que quiser.

A troca verbal de Alice com o ovo é bastante ilustrativa para caracterizar uma quebra de comunicação, como uma forma de *pseudocomunicação*, pois não existe diálogo em si mesmo. Embora Alice e Humpty Dumpty falem essencialmente a mesma língua, não jogam o jogo lingüístico seguindo as mesmas regras. Há um mínimo de entendimento mútuo, caso contrário nem a simples troca verbal seria possível. Contudo, Humpty Dumpty sistematicamente interpreta mal o sentido do que Alice diz, usa palavras com duplo sentido explorando suas ambigüidades, distorce o significado literal de fórmulas conversacionais, frustrando todas as tentativas de se comunicar.

Tomando as palavras de Bortoni-Ricardo (2005),

Qualquer conversa é imprevisível *a priori*, já que o número de sentenças originais que os falantes têm competência para produzir é infinito. Entretanto, a interação se constrói a partir de um conjunto de regras organizacionais e seqüenciais que tornam a comunicação apropriada e socialmente interpretável (Bortoni-Ricardo, 2005: 169)

Regras e convenções são pressupostas e antecipadas no diálogo entre falantes de uma mesma língua. Mas, também, podem ser distorcidas. Há casos em nosso uso concreto da linguagem em que o diálogo, ou em um sentido mais amplo, o jogo lingüístico, parcialmente satisfaz nossos critérios de conflitos simultaneamente. Nestes casos, podemos fazer uma distinção de níveis

estabelecendo os tipos de falhas que ocorrem, uma vez que erros lingüísticos e mal-entendidos podem estar apenas restritos a certos níveis da linguagem (por exemplo, fonético, morfo-sintático, semântico); e uma distinção em termos de fins e objetivos dos participantes no diálogo, estabelecendo até que ponto coincidem ou divergem – isto é, quais causas ou motivos do fracasso ou falha.

Considerando, porém, que os padrões de comunicação são altamente sensíveis às características culturais que variam no tempo e no espaço geográfico e social, temos que essas máximas não se aplicam categoricamente; cabe aos participantes das interações, reinterpretá-las, acomodando-as às variações situacionais. Tal habilidade do falante é parte de sua competência comunicativa, isto é do conhecimento que lhe permite comunicar-se adequadamente em sua comunidade de fala e distinguir o que é apropriado ou inapropriado em uma determinada interação. Em toda interação verbal, cada participante é capaz de ajustar-se às expectativas de seu interlocutor ou a outras convenções determinadas pela cultura vigente. Há restrições sociais bem definidas quanto à concisão adequada e aceitável nas diferentes situações de comunicação. Essas normas sociais variam, contudo, conforme a comunidade de fala, e as interações dos interlocutores.

Segundo Danilo Marcondes (2000), muitos outros exemplos de respostas e réplicas de caráter provocador podem ser dados como casos em que há um conflito entre falante e ouvinte, tendo um caráter de desafio, de duelo verbal, provocando uma resposta ou defesa, de um ou outro. São cooperativos na medida em que há um entendimento mútuo em nível semântico, e as sentenças proferidas são gramaticalmente corretas, entretanto, caracterizam uma quebra na comunicação no sentido de que o diálogo não pode continuar, uma vez que falantes e ouvintes estão agindo com objetivos opostos.

Observem-se outros exemplos elencados por Marcondes no excerto transcrito a seguir.

“Conta-se de Lady Astor que certa vez disse a Winston Churchill: ‘se o senhor fosse meu marido, eu poria veneno no seu café’, ao que Churchill respondeu: ‘se a senhora

fosse minha esposa eu tomava esse café'. O presidente dos Estados Unidos Calvin Collidge, conhecido como homem de poucas palavras, foi desafiado certa vez em um banquete na casa Branca por uma jovem que lhe disse: 'Sr. Presidente, fiz uma aposta com alguns amigos que conseguiria fazê-lo dizer-me pelo menos três palavras durante o banquete'. 'Você perdeu!', respondeu o presidente" (MARCONDES, 2000:105).

Casos desse tipo são diferentes da falha na comunicação no diálogo entre Alice e Humpty Dumpty. Nestes últimos exemplos há entendimento, um reconhecimento da atitude do interlocutor e de seus objetivos ilocucionários. Nesses exemplos citados de Danilo Marcondes há, pode-se dizer, o uso da mesma "regra". Não há a rigor cooperação, mas conflito, porém há coordenação no sentido de que os interlocutores jogam, o mesmo jogo, reconhecem suas intenções e seus objetivos e os levam a cabo com sucesso.

No caso de Alice e Humpty Dumpty podemos dizer que há um campo comum de inteligibilidade, falante e ouvinte compartilham as mesmas regras convencionais, no entanto, não há sequer a possibilidade de entendimento mútuo em nível pragmático, pois falante e ouvinte não compreendem, assumem ou reconhecem os objetivos ilocucionários do diálogo que se pretende estabelecer. Neste caso, um jogo de linguagem específico. Há, então, comunicação em um nível puramente *locucionário*, o ato *ilocucionário* falha; o objetivo ou propósito do que é dito pura e simplesmente não faz sentido algum.

## **2. Significado semântico e significado pragmático**

Após esta breve discussão dos exemplos listados na seção anterior, temos que não basta conhecer o significado literal das palavras as sentenças de uma língua: é preciso saber reconhecer todos os seus empregos possíveis, que

podem variar de acordo com as intenções do falante e as circunstâncias de sua produção.

Pode haver casos em que a comunicação se dê em nível semântico, porque o que é dito é compreendido, mas não há comunicação ou há comunicação apenas parcial em nível pragmático porque não há uma cooperação efetiva entre os interlocutores. As intenções e objetivos lingüísticos do falante e do ouvinte são diferentes, opostas ou contraditórias. São casos que podem ser analisados como jogos mistos de coordenação e conflito.

A ironia e a insinuação são outros exemplos que podem servir a esta análise, pois há nestes contextos, um compromisso parcial de todos os participantes. Expliquemos. Existe uma ordenação no diálogo, pois há o reconhecimento mútuo das intenções entre falante e ouvinte. O “duplo sentido” e os trocadilhos são alguns dos casos mais inocentes. O falante pode efetivamente desejar que o ouvinte não o interprete corretamente, neste caso há na realidade uma intenção de enganar; ou o ouvinte pode interpretar erroneamente o falante ou porque deseja causar conscientemente um sentido desagradável ou desfavorável.

Segundo Koch (2004),

O conceito de intenção é fundamental para a cooperação da linguagem como atividade convencional: toda atividade de interpretação presente no cotidiano da linguagem fundamenta-se na suposição de que quem fala tem certas intenções ao comunicar-se. Compreender uma enunciação é, nesse sentido, aprender essas intenções. (KOCH, 2004: 22).

Assim, de acordo com as palavras da autora, o falante joga com certas regras lingüísticas, explorando características da linguagem tais como a ambigüidade, a sinonímia e a vagueza, por motivos específicos e intencionais, isto é, de modo a obter um objetivo contrário, de alguma maneira às expectativas

e desejos do ouvinte, dependendo do tipo de ato realizado. São nestes casos não cooperativos em que falante e ouvinte agem contrariamente, mas mesmo assim seus objetivos, fins e propósitos lingüísticos coincidem.

Elementos contextuais e pressupostos conversacionais podem dar ao ouvinte meios de interpretar o que não é dito explicita, direta ou intencionalmente pelo falante. O discurso deve ser caracterizado potencialmente como um diálogo, de maneira que cada ato de fala não deve ser considerado isoladamente, mas como parte de uma troca lingüística, um entendimento mútuo. Podemos considerar que cada ato de fala supõe e antecipa uma resposta de tipo correspondente a ser dada pelo ouvinte a quem é dirigida.

A natureza dialógica da linguagem está em cada ato de fala, enquanto parte de um discurso, é como um lance em um jogo, sendo que cada falante supõe uma resposta como lance do interlocutor; caracteriza-se assim como uma tomada de posição do falante em relação ao ouvinte. Nesse sentido, cada ato de fala deve conter ao menos potencialmente os elementos de sua validação, da possibilidade de justificar-se. Deve ser possível tornar explícitas as práticas às quais os atos de fala pertencem, os jogos de linguagem de que fazem parte. Se cada ato de fala é como um lance em um jogo, é a referência as regras deste jogo que permite validá-lo.

A comunicação contém assim a possibilidade de re-interpretação não só do que é dito, o nível do esclarecimento lingüístico, mas da própria situação de discurso, isto é, do contexto e de seus elementos constitutivos. Gumpers (1982) aborda uma noção mais maleável e mais abrangente da linguagem em contexto, dessa forma introduz a noção de “pistas de contextualização”: a noção de que o contexto do discurso e da interação social abrange outros elementos além daqueles mais estáveis (como espaço, tempo e participantes). O significado de contexto que Gumpers trata revela que tanto os participantes quanto o discurso se desdobram a cada momento, e tanto reconfiguram o próprio contexto como são reconfigurados pelo mesmo a cada novo avanço na interação.

Para Gumpers

quando todos os participantes entendem e notam as pistas relevantes, os processos interpretativos são tomados como pressupostos e normalmente acontecem sem serem percebidos. Entretanto, quando um ouvinte não reage a uma das pistas ou não conhece a sua função, pode haver divergências de interpretação e mal-entendidos. (GUMPERS, 1982: 100).

O diálogo é o paradigma de qualquer situação de discurso possível. Tem um caráter normativo no uso lingüístico, uma vez que a natureza cooperativa é a característica definidora da linguagem (GRICE, 1975). Um dos pontos centrais dessa discussão é precisamente esta concepção de linguagem enquanto tendo uma natureza basicamente cooperativa, em que sentido e até que ponto pode-se considerá-la assim.

Grice desenvolveu um modelo de significado baseado na noção de cooperação e nos mecanismos racionais de dedução de significados. Grice estabeleceu uma distinção entre dois tipos de significado, o significado do falante (conversacional) – de caráter pragmático – e o “significado convencional” – de natureza semântica. Na proposta de Grice, o primeiro está relativamente desvinculado do segundo, ou seja, o que o falante intenciona comunicar não está necessariamente relacionado ao significado convencional. O significado do falante, não estando totalmente subordinado ao código, pode ser inferido por processos diferenciados da codificação gramatical e lexical. Nesse sentido, é central o conceito de ‘implicatura’ definido pelo autor, qual seja, o de que uma inferência sobre a intenção do falante, que resulta da decodificação de significados e da aplicação de princípios conversacionais. Em outras palavras, para sumarizar, as implicaturas do tipo conversacional são inferências não conversacionais e não marcadas discursivamente por conectivos, sendo fruto da capacidade racional dos falantes.

Um lapso lingüístico pode ser descrito como um caso em que o falante expressa algo que não pretendia intencionalmente expressar. No estudo no

âmbito da interação verbal uma pergunta não quer calar: como podem ser possíveis tais atos? À primeira vista, pode parecer quase contraditório que um falante possa dizer algo sem ter a intenção de fazê-lo. De um ponto de vista psicológico isso acontece devido a uma discrepância entre o que é dito e o que se tem a intenção de dizer, devido aos desejos inconscientes do falante. Para Freud (1976), lapsos lingüísticos inconscientes – atos falhos – revelam pensamentos reprimidos, subjacentes. Pode haver casos de significado não-intencional nos quais a linguagem revela a intenção oculta do falante. Algo é dito que não deveria ser dito, algo que pode gerar conflito é expresso. Entretanto, em outros casos o conflito entre o falante e o ouvinte pode ser mascarado, disfarçado, de modo que o falante use algum elemento da linguagem para mascarar o conflito, ao mesmo tempo usando elementos para realizar seu objetivo de iludir o ouvinte.

### **Ultimas considerações sobre características necessárias á comunicação**

Para Grice (1975), quando dois indivíduos estão dialogando existem regras implícitas que governam o ato comunicativo. Isso significa que, mesmo inconscientemente, os interlocutores trabalham a mensagem lingüística de acordo com certas normas comuns que caracterizam um sistema cooperativo entre eles, para que as informações possam ser trocadas o mais univocamente possível. Não é possível, nem imaginável, segundo ele, que um ato comunicativo pudesse ser totalmente livre, a ponto de falante e ouvinte perderem o controle do próprio jogo. Ao contrário, as regras do ato comunicativo talvez tenham sido aprendidas concomitantemente à aquisição da língua, de tal forma que um falante competente de um idioma qualquer também conhece os efeitos de sentido que uma mensagem neste idioma pode adquirir pela ação das regras do jogo comunicacional q que está submetido. Não é por outra razão, aliás, que se fala muito, hoje, numa teoria de competência comunicativa.

Para que a comunicação realmente aconteça é necessário que os falantes sejam conscientes das ações que pretendem realizar, não se pode negar que é do princípio de racionalidade aristotélico/kantiano que Grice deriva as suas máximas. A compreensão do diálogo para que a comunicação seja estabelecida inclui, além do reconhecimento das intenções entre os agentes do discurso, certos princípios gerais semânticos e pragmáticos estejam em ordem:

1. Uma teoria da significação lingüística de acordo com a sociolingüística interacionista;
2. Uma teoria dos atos de fala que permita ao interlocutor identificar o objetivo da enunciação.
3. Certos princípios gerais de conversação cooperativa (alguns descritos por Grice (1975), os quais permitem o interlocutor identificar, na enunciação do locutor, a existência de um objetivo ilocucionário distinto do objetivo ilocucionário pretendido pelo locutor.
4. Uma análise de certos fatos do *background* conversacional da enunciação, dos quais os interlocutores estão mutuamente a par (segundo Searle (1969));
5. A capacidade de o interlocutor fazer inferências, baseado na hipótese de que o locutor respeita as máximas conversacionais e que os fatos de *background* existem;
6. O poder dos falantes de elaborar e reconhecer os atos de fala que deverão possuir significação relevante ao serem enunciados de uma enunciação; a conquista dos enunciados deve versar sobre a utilização válida e significativa na conversação.

O papel principal da significação de todo enunciado é determinado pelo tipo de atos ilocucionários que o falante tem a intenção de realizar, ele não deve apenas ter a intenção, mas fazer com que esta seja reconhecida para que a comunicação ocorra. Então, falante e ouvinte devem estar “jogando” o mesmo jogo, e a par das mesmas regras a fim de realizar empregos apropriados nos contextos de linguagem. Competência lingüística não é dissociada de desempenho, como no caso da escola de Chomsky ao contrário a competência lingüística de um locutor é essencialmente sua capacidade de realizar e de

compreender quais atos ilocucionários podem ser realizados pro outros locutores em contextos possíveis de emprego de sua língua.

Que acrescenta esta abordagem para a busca de um critério de demarcação entre competência entre competência semântica e competência comunicacional dentro da sociolinguística interacionista? Acredito que serve para mostrar como falante e ouvinte estabelecem um diálogo entre si a partir não apenas de regras convencionais, mas a partir de princípios conversacionais em que estão implícitos os engenheiros da comunicação. Essas idéias envolvem em todos os casos o reconhecimento de uma intenção dirigida ao ouvinte com a pretensão de que seja reconhecida, e que a “resposta primária” que se espera do ouvinte é sempre dependente de um conjunto de suposições de base, o que Searle chama de *background* e Gumpers de pistas de contextualização.

Essas indicações mostram em que sentido exatamente os atos e objetivos ilocucionários podem servir para a comunicação, pois fica claro também que a força ilocucionária de um proferimento – o uso da fala intencional – é algo “destinado a ser entendido”. Pela utilização de enunciados em contextos adequados, os falantes tentam realizar atos de fala ilocucionários, tais como: asserções, perguntas, declarações, ordens, ofertas, recusas e tantos outros atos que tenham a intenção de realizar. As tentativas de realizar tais atos de discurso fazem parte daquilo que eles significam e daquilo que eles têm intenção de comunicar aos interlocutores no contexto de suas enunciações.

Com este trabalho podemos perceber que o problema da linguagem é situado em uma área em que se deve analisar os signos lingüísticos com os demais elementos a eles relacionados, a saber o falante, o ouvinte e o contexto. A competência filosófica de investigar tais questões procede então a uma interrogação de como as expressões lingüísticas se inter-relacionam, examinando as situações e contextos em que é apropriado e legítimo usá-las ou não, ou ainda, usar uma, mas não outras, contrastando-as com sinônimos, expressões equivalentes ou semelhantes, ou até mesmo opostas. Deste processo vai emergindo então o significado destas expressões em sua complexidade, o que possibilita o esclarecimento da questão inicial “os jogos de linguagem” se quisermos nos apropriar do termo de Wittgenstein.

Um ponto a ser destacado neste método de análise é o papel do contexto no exame de usos destas expressões, pois isto indica precisamente que a linguagem não é, e não deve ser examinada em abstrato, mas sempre em relação a uma situação (real ou imaginária, mas possível) em que faz sentido (ou não) usar determinadas expressões; “uma forma de vida” em que expressões têm significado. Assim sendo, podemos afirmar que ao investigarmos a linguagem estamos investigando igualmente a sociedade da qual ela é linguagem, o contexto social e cultural na qual é usada, as práticas sociais, os paradigmas e valores, a “racionalidade” dessa comunidade, e desta forma pode-se dizer que não há uma separação radical entre “linguagem” e “mundo” já que a “realidade” é constituída exatamente pelo modo como aprendemos a linguagem e a usamos.

A realização de um ato ilocucionário vai, portanto, além da esfera da linguagem e envolve regras e convenções sociais e contextuais que estabelecem sua condição de possibilidade. Para que a comunicação de estabeleça é necessário então que certas condições indispensáveis sejam satisfeitas. Em nossa ampla consideração do ato ilocucionário é possível perceber que a característica definidora deste são as convenções extralingüísticas, isto é, sociais e institucionais, que definem determinada prática da qual o ato ilocucionário é parte integrante.

As implicações teórico-metodológicas destas conclusões são em relação a este panorama da filosofia da linguagem que pensamos ser a Teoria dos Atos de Fala, capaz de apontar direções de sentido na investigação sócio-interacionista, principalmente por partir de uma visão de linguagem como prática social concreta, considerando sobretudo as características dos contextos nos quais usar a linguagem é praticar atos, isto é, significado enquanto conceito fundamental da filosofia passa a ser substituído por força ilocucionária e, conseqüentemente, a Teoria da Linguagem dá lugar a Teoria da Ação, na qual se incluem os atos de fala.

A Teoria dos atos de fala dá conta da análise do significado através do exame da constituição da força ilocucionária. Vemos assim, ao investigar o contexto em que determinada expressão possui determinada força ilocucionária, que este contexto pressupõe paradigmas e esquemas conceituais. É a partir destas convenções que podemos investigar a função

de determinadas expressões neste contexto de uso, isto é, sua força ilocucionária.

A Teoria dos atos de fala explica, contudo, de que forma a linguagem pode significar mais do que ela expressa, algo além daquilo que explicitamente expressa. Quanto a isto a noção de implicatura conversacional e atos de fala indiretos proposta por Grice podem ser esclarecedoras, pois servem para indicar como a função de um enunciado não se esgota ao seu significado aparente, no nível do que expressa imediatamente. Neste intento, a noção de força ilocucionária através de um efeito de convenções, práticas sociais, elementos retóricos e características contextuais, permite que os enunciados tenham uma função mais ampla, ou até mesmo oposta ao que aparentemente manifesta. É preciso para isso, considerar os atos lingüísticos como efetuando sua função comunicativa no interior de um contexto de interação, contexto este constituído e regulado por normas e convenções sociais. Além disso, é preciso também considerar estes atos de fala como ações estratégicas visando determinados resultados, tendo determinados efeitos e conseqüências convencionais relacionando-se com determinados valores e interesses.

O ato de fala é um *contrato* entre falante e ouvinte, é um ato comum que só pode ser realizado intersubjetivamente. Como dissemos a comunicação só é possível se se supõe que em princípio os falantes falam de modo inteligível, verdadeiro, sincero e justificado. Em termos da Teoria dos atos de fala entendemos a linguagem como ação e a comunicação como ato social concreto que é parte de um conjunto estratégico realizando-se a partir de um conjunto de regras e convenções pragmáticas. O ato de fala é definido como um instrumental, a linguagem é um instrumento que se utiliza para atingir determinados fins. É neste sentido que podemos falar de uma aquisição de uma pragmática. Num estudo sócio-interacionista devemos nos interrogar sobre como palavras e frases são construídas e usadas, sobre as condições em que estes atos são praticados, uma vez que a linguagem não é transparente, existem elementos implícitos dos quais a análise precisa dar conta.

A função da análise sócio-interacionista da linguagem não é descobrir e explicar o sentido de um trecho discursivo, mas descrever o sistema

produtor de sua significação. Não o que o ato lingüístico significa, mas como chega a significar. Na realidade os estudos sócio-interacionistas da linguagem precisam estar cada vez mais voltados para uma descrição de como a linguagem funciona estabelecendo os diversos elementos envolvidos no uso dos enunciados e a maneira pela qual a compreensão é possível, a partir da estrutura do enunciado, as diferentes características de uso. A linguagem e a experiência estão inter-relacionados, e a linguagem de certa forma, possibilita a experiência. As palavras adquirem significado em seu uso no mundo das relações humanas. Este mundo de relações, é possibilitado em grande parte pela existência de uma linguagem que é o meio eficaz de realizar esta interação. Descrever o significado de uma palavra é descrever o modo como é usada, e descrever o modo como é usada é descrever as relações em que toma parte.

## **Referências bibliográficas**

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora? – sociolingüística & educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CARROL, Lewis. *Alice Através do Espelho*, Editoras Fontana/Summus, edição de 1977.

CHOMSKY, Noam. *Aspects of theory of syntax*. Cambridge, Mass: M.I.T. Press, 1965.

FREUD, Sigmund. *Jokes and their relation to the unconscious*. Harmondsworth, Penguin, 1976.

GRICE, Paul. 'Logic and conversation'. In: *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1975

GUMPERZ, J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press. 1982.

GARCEZ (org) sociolinguística interacional: antropologia, lingüística e sociologia em análise do discurso. Porto Alegre: AGE, 1998.

KOCH, Ingedore Villaça. Argumentação e linguagem. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCONDES, D. Filosofia, linguagem e comunicação. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SEARLE, J.R. Speech Atcs. Cambridge, Mass: M.I.T. Press, 1969.

VANDERVEKEN, Daniel. Les Actes de discours. Essai de philosophie du language e de l'espirit sur la signification des énonciations, Bruxelles: Mardaga, 1988